

O que são?

- O conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.
- Os documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, e concorrem para o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.
- A par com o *Perfil dos Alunos*, constituem o referencial para a avaliação externa.¹
- Definem:
 - o que os alunos devem saber (conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, articulados conceptualmente, relevantes e significativos);
 - os processos cognitivos que devem ativar;
 - o saber fazer específico, a articulação com outras áreas do saber e com as áreas de competência do *Perfil dos Alunos*.

O que permitem?

- Consolidar aprendizagens de forma efetiva;
- Desenvolver competências que requerem mais tempo (realização de trabalhos que envolvem pesquisa, análise, debate e reflexão);
- Desenvolver competências de nível mais elevado (relacionar, avaliar, criar), em alternativa ao domínio de uma grande extensão de conteúdos, porém, assentes nas competências de nível mais baixo (reconhecer e aplicar em contextos análogos);
- Proporcionar uma aprendizagem mais significativa, em diálogo com os desafios do mundo e das comunidades;
- Implementar uma efetiva diferenciação pedagógica na sala de aula;
- Potenciar a articulação interdisciplinar horizontal (várias disciplinas do mesmo ano) e vertical (entre anos de escolaridade, numa lógica de ciclo) na exploração de conteúdos/conhecimentos análogos ou complementares;
- Implementar metodologias mais ativas como o trabalho de projeto, o trabalho interdisciplinar, atividades experimentais;

¹ Em linha com o previsto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a avaliação externa das aprendizagens tem como referencial base as Aprendizagens Essenciais. As provas e exames realizados no âmbito da avaliação externa devem ainda contemplar a avaliação da capacidade de mobilização e de integração dos saberes disciplinares, com especial enfoque nas áreas das competências inscritas no PA.

- Mobilizar, através das ações estratégicas que propõe, os conteúdos programáticos, as capacidades e atitudes a desenvolver para concretizar o *Perfil dos Alunos*;
- Potenciar uma avaliação globalizante, essencialmente formativa, integrada no próprio processo de aprendizagem;
- Integrar, na avaliação dos alunos, através de instrumentos diversificados, os desempenhos aferidos nos vários domínios da aprendizagem.

PROPOSTA DE ANÁLISE DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

Departamentos curriculares/ Grupos disciplinares

- Analisar as AE de cada disciplina, verificando:
 - a sua organização ao longo dos ciclos e níveis de ensino;
 - a progressiva complexificação dos conhecimentos disciplinares, capacidades e atitudes;
 - a forma como esses conhecimentos, capacidades e atitudes convergem para as áreas de competências do PA;
 - as propostas de ações estratégicas de ensino orientadas para o PA.
- Decidir a gestão do currículo mais adequada ao contexto da escola e das turmas, considerando, também, o projeto educativo e o plano de promoção do sucesso escolar da unidade orgânica.
- Ter em conta, nessa gestão curricular, os seguintes aspetos, entre outros:
 - Uma coerente articulação vertical, que permita, por exemplo, escolher em que ano(s) determinado conteúdo deve ser mais aprofundado;
 - Uma coerente articulação horizontal, que favorece a compreensão de que o conhecimento não é algo fragmentado em gavetas estanques, e propicia o trabalho interdisciplinar;
 - A organização de ciclos didáticos coerentes e adequados à qualidade das aprendizagens a adquirir e das competências a desenvolver;
 - A diversificação de métodos e de atividades propostos, bem como de instrumentos de avaliação;
 - Uma progressiva complexidade das tarefas propostas, para que questões de nível cognitivo mais elevado sejam colocadas e resolvidas pelos alunos de forma cada vez mais autónoma;
 - A implementação de atividades experimentais e de metodologias assentes na resolução de problemas e na realização de projetos;
 - Uma desocultação do currículo, isto é, os alunos devem saber o que estão a aprender e o que se espera que sejam capazes de fazer;
 - A aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica;
 - A cooperação entre os alunos em todos os ciclos didáticos, assumindo tipologias diversas e adequadas às idades;
 - A aposta na avaliação formativa e na qualidade do feedback.
- Equacionar a necessidade de rever o Projeto Curricular de Escola e o Perfil de Sucesso por disciplina/ano.

Nesta fase de implementação gradual das aprendizagens essenciais, é necessário considerar que os alunos que iniciam os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário não seguiram a seleção e a ordem das aprendizagens essenciais do ciclo precedente, mas, sim, os Programas e Metas Curriculares. Assim, em alguns casos e em algumas disciplinas, será necessário adaptar a gestão curricular a essa situação, de modo a que não fiquem conteúdos por lecionar ou sejam introduzidos desnecessariamente de forma repetida.

Deve também ter-se em conta, na gestão dos conteúdos curriculares, que alguns manuais escolares não estão em linha com as Aprendizagens Essenciais.

Continuando a valorizar-se a lógica de ciclo, as situações descritas anteriormente podem ocorrer sem prejuízo para os alunos, uma vez que o objetivo é sempre que todas as competências e Aprendizagens Essenciais estejam trabalhadas até ao fim do ciclo.

Pode aceder a informação complementar em: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>